

## O PROBLEMA

# LOCALIZANDO A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

## Contribuições para pensar corpo, lugar e a geopolítica da produção de conhecimento



Thiago Oliveira  
Universidade de São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | São Paulo, Brasil  
thi\_oliveira@usp.br | ORCID iD: 0000-0002-1175-0136

Milton Ribeiro  
Universidade do Estado do Pará | Universidade Federal do Pará  
Belém, Brasil  
milton.ribeiro@uepa.br | ORCID iD: 0000-0002-7275-7614

Vinícius Venancio  
Universidade de Brasília  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia | Brasília, Brasil  
vini.venancio2@gmail.com | ORCID iD: 0000-0003-3245-1204

## I

**E**m *O ofício de etnólogo, ou Como ter Anthropological Blues*, texto considerado clássico na Antropologia Brasileira, Roberto DaMatta (1978) aponta que havia dois caminhos de construção do conhecimento antropológico: o primeiro, e primordial, seria o de se familiarizar com o estranho e o segundo seguiria o movimento inverso, de estranhamento do familiar. Em outros termos, ou se buscava os *objetos de pesquisa* no dito “Brasil Profundo” ou eles estariam entre os seus pares sociais nos grandes centros urbanos. Hoje, um pouco mais de quatro décadas depois, esse cenário vem se tornando cada vez menos diádico especialmente com o avanço das políticas de ações afirmativas e ampliação e interiorização das instituições públicas de ensino superior.

No que tange à Antropologia - e às Ciências Sociais como um todo -, ambos os fenômenos possibilitaram uma guinada para lugares não previstos, seja no fazer antropológico, na compreensão e práticas do trabalho de campo ou nas epistemologias e teorias incorporadas. Se o *blues* de DaMatta guardava, dentre as múltiplas compreensões, um tom de tristeza e saudade, os grupos que passaram a ocupar o espaço universitário de maneira mais sistemática nas últimas décadas passam a subverter a lógica do *anthropological blues*. O processo de construção metodológica e analítica vivido do contato com o trabalho de campo remete cada vez mais a uma aceção de *anthropological happiness*<sup>1</sup>, uma vez que estas/es, que antes ocupavam o lugar de objetos de pesquisa, tornam-se pesquisadoras/es e elevam suas/seus congêneres ao patamar de sujeitos de pesquisa, lançando luz a questões que suas/seus colegas estavam pouco atentas/os.

Com isto em mente, o problema central que nos colocamos a pensar aqui é: em uma disciplina tão implicada com a dimensão relacional e processual, o que acontece quando colocamos em perspectiva novos corpos e paisagens como sujeitos do conhecimento? E reconhecendo as conexões e entrelaçamento entre diferenças e desigualdades que organizam e dão sentido à história brasileira, como olhar e descrever

---

<sup>1</sup> Agradecemos à Rosana Castro pela elaboração da ideia de *anthropological happiness*, ocorrida durante a mesa “Experiências em Campo” no I Negras Antropologias, em 2017, como resposta à fala “São Vicente é um Brasilin?: negras reflexões sobre o trabalho de campo em Cabo Verde” do coautor deste texto, Vinícius Venancio.

fenômenos sociais e dinâmicas culturais que partem de repertórios e rotas de circulação de conhecimento até pouco tempo não acionados? E mais, como narrar essas experiências subalternas e localmente regionalizadas nos textos antropológicos contemporâneos? Essas questões ocupam a agenda do presente não apenas em seu aspecto formativo, mas eminentemente político. De forma mais direta, cabe avaliar quais aberturas são criadas quando se intensifica a formação de profissionais em antropologia naqueles cenários que até então eram interpretados como espaços nos quais se fazia pesquisa de campo em oposição a outros onde efetivamente se produzia e validava o conhecimento teórico e antropológico.

Como bem aponta Luena Pereira (2020), a universidade – e a Antropologia em si – percebeu uma pluralização étnica, de cor e classe ocorrer nos espaços reservados até então à branquitude, promovendo mudanças substanciais na experiência acadêmico-universitária. E como ela argumenta, não apenas estudantes de escolas públicas, negras/os e indígenas adentraram nesse espaço historicamente elitizado, mas também jovens de origem camponesa e das pequenas cidades brasileiras. Em adendo, pessoas LGBTI+ e outras socialmente dissidentes viram a universidade como um lugar de construção individual e coletiva; talvez um espaço para a construção de uma *anthropological hope*, como pretendemos aqui.

Neste cenário de intensas mudanças baseada na luta de diferentes movimentos políticos, o presente fórum, intitulado *Localizando a Antropologia Brasileira: contribuições para pensar corpo, lugar e a geopolítica da produção de conhecimento*, tem por objetivo congrega reflexões que apontem para a insustentabilidade do mito do antropólogo (e aqui o masculino é proposital) sem etnia/raça, pertencimento geográfico, gênero, idade e outros tantos eixos de diferenciação social (ou da dominação, como aponta a tradição francófona). O nosso intuito é agregar na discussão já iniciada na Antropologia Brasileira acerca das subjetividades e dos corpos em campo (cf. Bonetti & Fleischer 2007; Rodrigues Jr. 2019), mas também expandi-la por meio das concepções daquelas/es que pensam o seu fazer antropológico – e são interpeladas/os desde a mais tenra idade a se pensarem – racial, geográfica e gendrificamente, fazendo eco à pergunta posta por Luena Pereira em resposta a essa concepção do nós, antropólogas/os: “nós quem, cara pálida?” (Pereira 2020: 8).

Visamos salientar, também, que o fato de estarem – ou estarmos – ocupando constantemente esses espaços não garante a esses grupos acesso pleno e sem dificuldades. E os casos para mostrar como as pessoas pertencentes aos grupos não hegemônicos dentro da antropologia nacional seguem como *outsiders within* (Collins 2016) são vários. Ao narrar como se dão as *ações afirmativas na pele*, Anderson da Costa Pereira (2017), antropólogo preto, gay e do Norte, aponta para a forma como seu corpo foi interpelado por policiais pelo simples fato de estar andando rápido em direção ao Museu Nacional, localizado em uma das regiões mais ricas do Rio de Janeiro. Ele conta que só acreditaram que ele era realmente estudante de pós-graduação quando lhes foi mostrado o crachá da instituição. No caso de Rosana Castro (no prelo), que ao acompanhar o trabalho de médicas brancas em seu trabalho de campo doutoral, viu o seu corpo ser interpelado por um racismo genderizado cujo *não lugar* era intensificado pelo jaleco branco que ela precisava vestir.

E se a recente tradução para o público brasileiro do texto clássico de Laura Nader, *Para cima, antropólogos* (2020 [1972]), vem ajudando a disseminar a ideia de que antropólogas/os com acesso a grupos de elite precisam aproveitar disso para realizar pesquisas com os seus pares *de cima* e, assim, permitir um estudo acerca daqueles que não são os rotineiramente *estudáveis* pela Antropologia; a mesma visão não é compartilhada para com aqueles pertencentes às minorias sociológicas tradicionalmente vistas como objetos de estudo da Antropologia. Para estes, o *observar o familiar* é rotineiramente lido pela via da autoetnografia (ou estudos militantes, como aponta Luena Pereira [2020: 8]), mesmo quando o trabalho não parte desse ponto teórico-metodológico, trazendo à tona mais uma face da má vontade antropológica frente às políticas de cotas nas últimas décadas (Valente 2006; Goldman & Banaggia 2017). Nas vésperas da revisão da lei federal de ações afirmativas, pensar o corpo, o lugar (social, de origem, na hierarquia acadêmica e afins) e as subjetividades da/o pesquisador/a é pensar os impactos que o ingresso desses grupos historicamente excluídos teve, tem e terá na produção científica nacional.

## II

A incorporação de mulheres e homens negros, indígenas, pessoas de ascendência asiática, pessoas com deficiência, neurodivergentes, homossexuais, lésbicas, pessoas trans e travestis, ainda que de modos desproporcionais e diferenciados entre si, tem participado de uma reflexão mais ampla que permitiu o deslocamento naquilo descrito por autoras como Lélia Gonzalez (2018a [1980]), bell hooks (1994) e Gloria Anzaldúa (1999): a) sobre o lugar da experiência situada; b) sobre como *tornar-se sujeito*; c) sobre a produção de uma lingua(gem) outra. Os efeitos do deslocamento podem permitir um avanço significativo na relação entre conhecimento e sujeito desde o silenciamento até a reparação, passando pela construção de modos de reconhecimento, como sugere Kilomba (2019). As possibilidades de participação, produção conjunta e transformação criadas por esses movimentos implicam também uma reflexão sobre as fronteiras entre a academia e a sociedade. Essas considerações são de natureza: 1) *relacional* e de construção de fenômenos de análise que respondam às provocações do presente; 2) *epistemológica*, quando permitem reconsiderar teorias e conceitos, arregimentar outras formas de saberes e produções de conhecimento; e 3) *política*, porque redimensiona o poder/dominação, inserindo princípios disruptivos que radicalizam as normas e estruturas vigentes. Em outros termos, cabe questionar: quais sujeitos e trajetórias podem participar da produção do conhecimento? Como? Onde?

Esse contexto tem ganhando contornos de uma reflexão político-epistemológica que privilegia o modo como a análise das experiências sociais é marcada por categorias de diferenciação que se materializam de maneiras particulares em cada contexto. O comprometimento com essa reflexão deve ser lido como a ruptura dos dispositivos que interditam o trânsito de conhecimento entre centros e margens, entre lugares para fazer pesquisa e lugares para produzir ciência. Essa separação, falsa por princípio, instaura o lugar como um dispositivo político que deve ser pensado em suas dimensões materiais e simbólicas.

No contexto brasileiro, a aproximação entre sociedade e academia tem sido produzida em grande medida por políticas de ampliação do acesso e permanência ao ensino superior, o que tem se articulado também com a tentativa de descentralização dos *loci* de produção acadêmicas. De acordo

com Gregório Grisa<sup>2</sup>, entre 2002 e 2018 a oferta de cursos de bacharelado em Antropologia no Brasil passou de zero para 12. Esses cursos estão localizados em contextos que até então escapavam ao mapa da produção intelectual em Antropologia, ou figuravam apenas na condição de local de pesquisa, não de formação de pesquisadoras/es e difusão de conhecimento, a exemplo de Benjamin Constant (AM), Rio Tinto (PB), Santarém (PA), entre outros. É significativo que essas cidades configuram dimensões de cidade e experiência de urbano distintas, e mais ainda, afastadas dos grandes centros urbanos regionais e nacionais. Há assim a construção de um sentido de lugar que é tanto espacial como relacional.

A criação desses cursos foi acompanhada também de uma significativa transformação no número de vagas e cursos de pós-graduação, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado. Esses cursos foram resultado de investimento público na expansão do ensino superior do início dos anos 2000, nos primeiros anos da gestão petista no governo federal e ganharam forma por meio do Programa de Expansão da Educação Superior e do REUNI, entre 2003-2006 e 2007-2012, respectivamente. Compreender esse projeto de ampliação dentro de um cenário político é central para entender também algumas das lacunas e instabilidades observadas ao longo de sua execução. Como notado por Vilma Aguiar (2016), a política educacional durante os primeiros anos do governo petista foi caracterizada por tensões e iniciativas contraditórias entre si. Essa posição é reiterada por Marques e outras/os (2018), que descrevem a política de acesso ao ensino superior nos governos Lula e Dilma em termos de uma ambiguidade resultante do confronto entre, de um lado, a ampliação de vagas e da estrutura da universidade pública e, de outro, o financiamento de instituições privadas de baixa qualidade educacional e grande poder de pressão política<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver: “Diversionismo que não pára em pé”. Disponível em: <https://medium.com/@gregoriogrisa/diversionismo-que-n%C3%A3o-para-em-p%C3%A9-f9c7a9ea1e77>. Acesso em: 20-08-2020.

<sup>3</sup> No contexto de algo que poderíamos descrever como políticas sociais, o acesso à educação ocupou uma posição importante neste período entre 2003 e 2012, junto com outros programas e linhas de investimento público. No que tange à educação superior, o Programa de Expansão e o REUNI são as faces mais visíveis de um momento da educação e ciência brasileiro onde também participaram o ProUni, a criação de novas universidades, a formalização das políticas de ações afirmativas, a ampliação na oferta de vagas e o fortalecimento de programas já existentes, como o FIES. Nesse mesmo contexto, há um debate sobre a

Assim, estamos diante de uma geração forjada por uma política educacional ambivalente e duplamente comprometida. Por um lado, vimos a ampliação do acesso de pessoas à universidade com vistas a uma transformação social duradoura e, por outro, temos de lidar com os efeitos do avanço de uma agenda neoliberal que trata a educação e o conhecimento como mercadorias, encaminhando dinheiro público ao setor privado. Nesse cenário de impasses, há que se reconhecer que estes programas de expansão, interiorização e financiamento da educação superior foram fundamentais para a ampliação e introdução de diversas carreiras. No caso da Antropologia, ele permitiu tanto a ampliação da oferta, a criação de vagas de trabalho para docentes e servidoras/es, e também a inserção no campo disciplinar de sujeitos que até então eram apenas objetos do conhecimento.

O REUNI produziu uma sensível transformação na possibilidade de acesso e no número de vagas para docentes e discentes. Contudo, permanecem desigualdades regionais quando consideradas a estrutura dos campi e a incorporação dos profissionais formados no mercado de trabalho, seja ele público ou privado. Mais que isso, permanecem também desigualdades e assimetrias no que diz respeito à distribuição da produção e circulação do conhecimento. Como nota Simião (2018), ainda que a maior parte dos programas de pós-graduação criados entre 2005 e 2012 tenha tido como contexto espacial os estados do Norte e Nordeste, o Sudeste concentrava 44% e o Sul 20% do total de alunas/os em nível de pós-graduação em Antropologia. No cenário atual, ainda que 20 dos 31 cursos de Pós-Graduação em Antropologia reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura não estejam no Sul ou

---

utilização dos recursos públicos de modo a privilegiar o investimento no setor público, em detrimento do setor privado que se beneficiou com os insumos e repasse de recursos feitos pelo governo federal para financiamento de estudantes que não haviam acessado o ensino público. Conforme Guilherme & Glenia, entre 2011 e 2013, o faturamento dos grupos privados de ensino havia crescido cerca de 30%, chegando a 32 bilhões no fim do primeiro mandato da presidenta Dilma. Ainda no que se refere à qualidade da oferta educacional nestes cursos, há que se destacar também o crescente número de cursos oferecidos apenas em modalidade EAD e a flagrante precarização do trabalho docente e do acompanhamento estudantil nestes casos. Ver: “Faturamento de faculdades privadas cresce 30% em 2 anos, estima estudo”, *G1 Notícias*, 28/08/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/08/faturamento-de-faculdades-privadas-cresce-30-em-2-anos-estima-estudo.html> acesso em 15-jul-2021

Sudeste, os programas reconhecidos como centros de excelência continuam nestas regiões. Há que se destacar a posição da Universidade de Brasília no contexto da Antropologia Brasileira: um ponto fora da curva na política distributiva de recursos e prestígio no qual estão implicados os programas de excelência, um centro no interior da margem.

Se a constituição de um ecossistema universitário mais amplo e distribuído por todo o país parece ser um evento significativo na história das ciências sociais, e da antropologia em particular, alguns dos seus efeitos merecem destaque. Leal e outras/os (2021), em um balanço crítico sobre a experiência de fazer antropologia em novos *campi*, sinaliza para os encontros, combinações e afetações que constituem a experiência docente nestes novos universos criados pela expansão do ensino superior. Essas questões já vêm sendo debatidas de forma institucional e sistemática há pelo menos uma década, seja em torno da constituição dos primeiros cursos de graduação em Antropologia e sua avaliação no Brasil (Tavares, Guedes & Caroso, 2010), seja pela avaliação do sistema nacional de pós-graduação, a expansão e a consolidação do campo da antropologia no Brasil (Trajano Filho & Ribeiro, 2004; Simião & Feldman-Bianco, 2018). Todavia, essa avaliação perpassa também a experiência cotidiana de docentes e discentes, os aspectos materiais da infraestrutura universitária, o debate político em torno das garantias de acesso e permanência estudantil e também dos rumos profissionais e acadêmicos daqueles que tiveram a oportunidade de ingressar na universidade.

A análise dessas trajetórias e problemas traz em si duas questões que colocamos para discussão junto às pesquisadoras e pesquisadores em diversos estágios de formação. A primeira dessas questões é quais foram os efeitos sobre a produção e circulação de conhecimento da presença daqueles que até então eram objeto do conhecimento, mas poucas vezes considerados como agentes do conhecimento. A segunda é quais as relações sobre formas de pertencimento, constituição de identidades e regimes de localização na produção da experiência de viver e fazer a antropologia a partir e na universidade. Os problemas que colocamos para discussão aqui partem de pesquisadoras e pesquisadores com distintas origens e projetos de conhecimento. Por outro lado, todas essas pessoas foram implicadas e afetadas pelas novas economias do conhecimento pelo qual a universidade e a antropologia vêm

sendo convidadas a participar e se comprometer. Assim, se a participação de novos corpos e interlocutores como sujeitos ativos na produção de conhecimento sobre seus mundos é um dado instigante da antropologia brasileira contemporânea, isso não apaga as desigualdades regionais que têm constituído a disciplina ao longo de sua formação e consolidação no Brasil.

Um dos efeitos dessa política de distribuição diferencial das condições de trabalho é a mobilidade estudantil desde os núcleos regionais ou lugares de origem até os centros urbanos de maior prestígio, seja em busca de maior visibilidade, recursos financeiros ou condições de trabalho compatíveis com as agendas de pesquisa. Essa mobilidade pode indicar vários aspectos da experiência das gerações contemporâneas em sua relação com a Antropologia (poucas perspectivas de exercício profissional da antropologia em seus territórios, infraestrutura precária dos campi, invisibilização da produção fora dos grandes centros nacionais). Todavia, ela também enfatiza e potencializa os efeitos de políticas de desmonte da educação superior e da pós-graduação que vem se intensificando desde a aprovação da PEC 55/2016, que instituiu o teto de gastos e implicou o congelamento dos investimentos em setores fundamentais, como educação e saúde. Nesse cenário, não é de se estranhar a análise apontada por Machado (2018) sobre os circuitos e universos de empregabilidade entre pessoas formadas nas instituições do Sul e do Sudeste em comparação àquelas do Norte, Nordeste e, em alguma medida, do Centro-Oeste.

Esse quadro geral constitui a complexidade de se analisar a dinâmica da produção antropológica em seu nível nacional, como demonstram balanços periodicamente produzidos com análises sobre áreas temáticas. Como apontam Campos e Reesik (2011), esses balanços mobilizam questões sobre o que seja *nacional* e como se constroem ou apagam trânsitos acadêmicos. Sem desmerecer a relevância dos recortes construídos, ou a qualidade dos trabalhos eleitos como representativos dos debates que se deseja pôr em tela, desvelam-se assimetrias na circulação interregional do conhecimento antropológico. Em última instância, projeta-se uma imagem da *sociedade brasileira* no apagamento das constituições de lugar. Centro/nacional e margem/regional divergem entre si, tendo em vista a posição da região como um dispositivo discursivo. Como notou Bourdieu (1989), a região marca regimes de *di-visão* e expressa a artificialidade da

separação, ao mesmo tempo em que evoca a fé universalista do centro sobre aquilo que ele exclui.

Como aponta a socióloga Dorothy Smith (2005), é necessário estar atento à forma como o ponto de vista, ou seja, os aspectos que atravessam pesquisadoras e pesquisadores, desloca-os de uma posição de exterioridade e neutralidade. Ter essa compreensão é fundamental para a constituição de uma agenda de pesquisa que avalie criticamente os efeitos materiais, estéticos e discursivos da diferença e da desigualdade regionais. Contudo, há que se observar também os efeitos de assimetrias interregionais na estruturação de tradições de pensamento e como elas interditam a circulação de certa produção no contexto de uma geopolítica do conhecimento. Argumentamos aqui que se deve incorporar também uma avaliação da geopolítica do conhecimento à utilização da interseccionalidade como instrumento de análise de opressões.

Como argumentado por Nascimento (2019), a experiência etnográfica é marcada pela efetiva participação da pessoa que pesquisa a partir de seu próprio corpo. Contudo, na constituição e atualização da experiência de pesquisa para a produção e reflexão efetivamente antropológica, há uma abdução, um apagamento de quem é o sujeito que pesquisa e quais os efeitos dos processos de genderização, racialização, sexualização e de outros itens de diferenciação na forma como o conhecimento, a relação e a experiência se articulam. Como sustenta a autora, é preciso investir em um modo de produção de conhecimento que reconheça a materialidade do corpo e seus efeitos sobre o conhecimento produzido, advertindo assim para os aspectos tanto relacionais quanto circunstanciais que localizam o método etnográfico. Em última instância, essa reivindicação pode ser colocada à disposição de outros projetos de avaliação disciplinar, seja em torno da explicitação de quais corpos e pessoas constituem o cânone antropológico, seja de um reconhecimento de que eixos de diferenciação são aberturas para a descrição dos fenômenos sociais pesquisados e não apenas temas de investigação.

### III

Em sua formulação, essa reivindicação não é nova. No Brasil, ela atravessa e organiza a produção intelectual de pesquisadoras e pesquisadores que tiveram seus corpos marcados, a exemplo de mulheres, indígenas, pessoas negras ou

comunidades sexualizadas. É possível dizer que tais tensões entre corpo, conhecimento e poder aparecem na reivindicação de uma perspectiva situada e localizada partindo da América Latina de Lélia Gonzalez e seu convite a uma discussão com base no *pretuguês* (Gonzalez 2018a [1980] e 2018b [1988]). Ela aparece também na orientação tomada por Beatriz Nascimento (2021 [1985]) em centralizar a história e a memória a partir dos processos de aquilombamento, tomando o quilombo como locus de resistência e de constituição estratégica de formas de identificação e autorreconhecimento. A retomada desses textos como parte de uma bibliografia sobre o presente e sua tomada como cânone nas Ciências Sociais, mesmo que apenas 40 anos depois, é um singular registro de um movimento atual que não pode ser desprezado ou ignorado e que tem efeitos sobre a dinâmica do conhecimento e os encontros e desencontros entre a agenda social e a agenda acadêmica. Não à toa, ambos os trabalhos conversam e inspiram-se nas contribuições do pensamento intelectual de Abdias Nascimento (1914-2011) e a circularidade de sua atuação intelectual e política. Esses aspectos retomam debate em outras instâncias, a dizer, aquele sobre a produção da história conforme advertido por autoras/es indígenas e também LGBTI+, ou *queer*, no Brasil e na América Latina em especial.

Ainda que tenhamos visto avanços na reflexão sobre o que Donna Haraway (1995) descreveu como o privilégio de uma perspectiva parcial em detrimento de uma ficção descorporificada – e que omite quem deve ser responsabilizado pelo conhecimento produzido –, ainda há a necessidade de pensar a presença ou ausência do lugar como dispositivo na construção desses mecanismos de *di-visão*. Recorrendo ao termo cunhado por Marcia Ochoa (2004: 241), é necessário investir em mecanismos relacionais e descritivos que privilegiem a “localização”, ou seja, mecanismos que coloquem em evidência práticas e formas de dizer-se, que explicitem como as questões foram colocadas e que permitam vislumbrar como os fenômenos circulam entre diferentes escalas. Como parte da nossa responsabilidade pelo conhecimento produzido, é preciso reconhecer que o apagamento das marcas de lugar é um privilégio delimitado dentro de um projeto político (e) de conhecimento e não tomado como um a priori da prática antropológica.

Pensar criticamente sobre quais registros constituem o cânone e para quais experiências e narrativas devemos estar

abertos para evitar a repetição de certos erros e equívocos significa indagar quais mecanismos têm favorecido essa estrutura de invisibilização do lugar, seja ele espacial, corporal ou simbólico. Neste aspecto, em consonância com o afirmado por Beliso-de Jésus e Pierre (2018: 9), é necessário que a Antropologia não apenas interrogue a supremacia branca e os seus tentáculos como sistema de dominação, mas que atue ativamente para desmantelá-lo, especialmente em seu interior, para assim impulsionar o seu caráter disruptivo: construindo novas cores do antirracismo na América Latina (Vigoya 2020) e sustentando a base para uma política antirracista desde a ciência antropológica (Mullings 2013). E, por fim, acreditamos que as contribuições apresentadas por/para esse fórum colaboram nesse caminho, uma vez que o nosso objetivo é descentrar a Antropologia nacional dos seus corpos brancos, cis-hetero-masculinos e metropolitanos do Sul-Sudeste.

### **Referências Bibliográficas**

- AGUIAR, Vilma. 2016. “Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura”. *Revista de Sociologia e Política*, 24(57): 113-126.
- ANZALDÚA, Gloria. 1999. *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books.
- BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya Resende. 2007. *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. “Identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: Pierre Bourdieu. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.
- CAMPOS, Roberta Bivar; REESIK, Mísia. 2011. “Mudando o eixo e invertendo o mapa: por uma antropologia da religião plural”. *Religião & Sociedade*, 31(1): 209-227.
- CASTRO, Rosana. No Prelo. *Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico*.
- COLLINS, Patricia Hill. 2016. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. *Sociedade e Estado*, 31: 99-127.

- DAMATTA, Roberto. 1978. "O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues". *Boletim do Museu Nacional: Antropologia*, 27: 1-12.
- GOLDMAN, Marcio & BANAGGIA, Gabriel. 2017. "A política da má vontade na implantação das cotas étnico-raciais". *Revista de Antropologia*, 60(1): 16-34.
- GONZALEZ, Lélia. 2018a [1980]. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: *Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África. p. 190-214.
- GONZALEZ, Lélia. 2018b [1988]. "A categoria político-cultural de Amefricanidade". In: *Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África. p. 312-334.
- HARAWAY, Donna. 1995. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, n. 5: 7-41.
- hooks, bell. 1994. *Teaching to transgress: education as practice of freedom*. Londres: Routledge.
- JESUS, Aisha Beliso-De AISHA; PIERRE, Jemima. 2020. "Anthropology of White Supremacy Introduction". *American Anthropologist*, 122(1): 65-75.
- KILOMBA, Grada. 2019. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó.
- LEAL, Natacha Simei; SANABRIA, Guillermo Vega; CARIAGA, Diógenes. 2021. "Apresentação ao dossiê - Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil". *Anuário Antropológico*, 46(1): 25-38.
- MACHADO, Igor José Renó. 2018. "Opulência e escassez: sobre os egressos dos doutorados em Antropologia no Brasil (2004-2012)". In: Daniel Simião & Bela Feldman-Bianco. *O Campo da antropologia no Brasil: retrospectivas, alcances e desafios*. Brasília: ABA. p. 231-258.
- MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. 2018. "Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior". *Revista de Economia Política*, 38(3): 526-547.
- MULLINGS, Leith. 2013. "Interrogando el racismo. Hacia una Antropología antirracista". *Revista CS*, 12: 325-375.

- NADER, Laura. 2020 [1972]. “Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima”. *Antropolítica*, 49: 328-346.
- NASCIMENTO, Beatriz. 2021 [1985]. “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”. In: Alex Ratts (Org). *Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 152-167.
- NASCIMENTO, Silvana. 2019. “O Corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima”. *Revista de Antropologia*, 62(2): 459-484.
- OCHOA, Marcia. 2004. “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”. In: Daniel Mato (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.
- PEREIRA, Anderson da Costa. 2017. “Preto, gay e do Norte: ações afirmativas na pele”. *Revista de Antropologia*, 60(1): 35-46.
- PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. 2020. “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas Ciências Sociais brasileiras”. *Revista de Antropologia*, 63(2): 1-14.
- RODRIGUES JR., Gilson. 2019. “Sobre o corpo racializado em campo: masculinidades negras e suas implicações para o trabalho de campo antropológico”. *Revista da ABPN*, 11(30): 130-151.
- SIMIÃO, Daniel. 2018. “Introdução”. In: Daniel Simião & Bela Feldman-Bianco. *O Campo da antropologia no Brasil: retrospectivas, alcances e desafios*. Brasília: ABA. p. 9-27.
- SIMIÃO, Daniel & FELDMAN-BIANCO, Bela. 2018. *O Campo da antropologia no Brasil: retrospectivas, alcances e desafios*. Brasília: ABA.
- SMITH, Dorothy E. 2005. *Institutional ethnography: a sociology for people*. Lanham: Altamira Press.
- TAVARES, Fátima; GUEDES, Simoni Lahud; CAROSO, Carlos (Org.). 2010. *Experiências de ensino e prática de antropologia no Brasil*. Brasília: Ícone Gráfica e Associação Brasileira de Antropologia.
- TRAJANO FILHO, Wilson & RIBEIRO, Gustavo Lins. (Org.). 2004. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de

Janeiro/Brasília: Contracapa/ Associação Brasileira de Antropologia.

VALENTE, Ana Lúcia. 2006. “A ‘má vontade antropológica’ e as cotas para negros nas universidades (ou usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional II: quando os antropólogos desaprendem)”. *InterMeio*, 12(24): 84-103.

VIGOYA, Mara Viveros. 2020. “As cores do antirracismo (na América Latina)”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 36: 35-50.

Enviado: 02 de setembro de 2020

Aceito: 17 de setembro de 2020